Projeto Social Alferes
Rua Porto Alegre, 22 - Bairro Santo Antônio - Mariana - MG
E-mail: projetosocialalferes@yahoo.com.br
CNPJ 15.161.498/0001-41

Comissão do Terceiro Setor
Folha: 004
Município de Mariana MG

PLANO DE TRABALHO

PROJETO SOCIAL ALFERES

1 - Dados Cadastrais

Órgão /Organização da Sociedade Civil (Convenente) Projeto Social Alferes				CNPJ: 15.161.498/0001-41
Endereço Rua Porto Alegre, nº 22, bairro Santo Antônio				
Cidade Mariana	U.F. MG	CEP 35.422-048	Telefone 98989-2718	Email instituicaoalferes@yahoo.com
Nome do Responsável Vanderley Lúcio de Oliveira	CPF 546.341.566-87		C.I. M-3.402.264	CARGO Presidente
Endereço do Responsável Rua Wenceslau Braz, 157, centro			CEP 35.420-027	Telefone de Contato (31) 9 8989-2718

2 - Descrição do Projeto/Objeto

Título do Projeto: Reciclando Valores	Período de execução (Início e Término) 01/07/2024 a 31/12/2024
Identificação do Objeto: Atualmente, o projeto Alferes atende diretamente 32 crianças e adolescentes, de 06 a 16 anos, muitas vezes em situação de vulnerabilidade social, sendo que todes são residentes da comunidade do Santo Antônio. Além do público previsto indiretamente: as famílias; moradores da comunidades e visitantes que possam passar a frequentar a comunidade para apreciar as apresentações culturais que serão desenvolvidas ao longo do ano.	
Justificativa da Proposição: O projeto visa promover um melhor preparo na vida das crianças e adolescentes, proporcionando um entendimento mais amplo do seu papel enquanto cidadão. Assim, busca incentivar e promover o aprimoramento das habilidades artísticas dos participantes. , para que estes possam visualizar seus trabalhos como possível complemento da fonte de renda de seus núcleos familiares. Trabalhar com crianças e adolescentes com as oficinas previstas neste projeto, possibilita exercitar suas capacidades cognitivas, sensitivas, afetivas e imaginações e ainda propor atividades para desenvolver a auto expressão do aluno, isto é, oferecer-lhe oportunidades para atuar efetivamente no mundo: opinar, criticar e sugerir, por meio de atividades possíveis de serem utilizadas. Assim ao desenvolver suas capacidades de expressão, a criança sentir-se-á preparada para todo tipo de aprendizagem.	

Projeto Social Alferes

Rua Porto Alegre, 22 - Bairro Santo Antônio - Mariana - MG
E-mail: projetosocialalferes@yahoo.com.br
CNPJ 15.161.498/0001-41

Descrição da realidade: A instituição alferes vem desde de 2014 trabalhando com crianças e adolescentes moradoras do bairro Santo Antônio em Mariana. Atualmente, em dois turnos está atendendo 32 crianças e como deste o início de seus trabalhos conta muito apoio de parceiros, voluntários e valores recebidos através de editais. O espaço físico é cedido para instalação e atividades com as crianças, trabalhamos com cinco funcionárias também cedidas para serviços gerais. Para tanto, necessitamos sempre de apoio para que possamos continuar a atender aquele público de crianças que tanto necessitam de apoio.	
Público Alvo: Crianças e adolescentes, de 06 a 16 anos, muitas vezes em situação de vulnerabilidade social, sendo que todas são residentes da comunidade do Santo Antônio.	Número 32

Setor do Terceiro Setor
Folha: 005
Município de Mariana MG

3 - Plano de Aplicação e Cronograma de Desembolso (em reais) Vereador: Ronaldo Bento

O repasse total será de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) e será utilizado nos seguintes itens/serviços conforme planilha detalhada abaixo:

TEM/SERVIÇO	VALOR H/A	AULAS NO MÊS	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
INSTRUTOR DE BALLET	R$ 44,00	24 H/A	R$ 1.056,00	R$ 5.280,00
INSTRUTOR DE PERCUSSÃO	R$ 44,00	8 H/A	R$ 352,00	R$ 1.760,00
INSTRUTOR DE GRAFITE	R$ 44,00	4 H/A	R$ 176,00	R$ 880,00
INSTRUTOR DE VIOLÃO	R$ 44,00	16 H/A	R$ 704,00	R$ 3.520,00
INSTRUTOR MEDIAÇÃO DE LEITURA	R$ 44,00	16 H/A	R$ 704,00	R$ 3.520,00
TOTAL PARA OFICINAS			R$ 2.992,00	R$ 14.960,00
LANCHE (Leite, biscoito, Tody, Suco)			R$ 840,00	R$ 5.040,00
TOTAL GERAL				R$ 20.000,00

4 – Objetivos, Metas e Resultados

Objetivo Geral: Contribuir para a emancipação social e o equilíbrio da saúde mental-corporal das crianças e adolescentes participantes do projeto através das oficinas, bem como fortalecer as relações comunitárias do bairro Santo Antônio (primeiro bairro de Minas Gerais), através de ações culturais e artísticas. Essas ações funcionarão como instrumentos capazes de promover o sentimento de pertencimento à comunidade, onde todos possam se sentir parte ativa e valorizada, levando em

Projeto Social Alfares
Rua Porto Alegre, 22 – Bairro Santo Antônio - Machado - MG
E-mail: projetosocialalfares@yahoo.com.br
CNPJ 15.101.480/0001-41

Descrição da realidade: A instituição alfares vem desde de 2014 trabalhando com crianças e adolescentes moradores do bairro Santo Antônio em Machado, Atualmente, em dois turnos está atendendo 32 crianças e como desde o início de seus trabalhos conta muito apoio de parceiros, voluntários e valores recebidos através de editais. O espaço físico é cedido para trabalho e atividades com as crianças, trabalhamos com cinco funcionários também cedidos pela secretaria. Para tanto, necessitamos sempre de apoio para que possamos continuar a atender aquele público de crianças que tanto necessitam de apoio.	
Público Alvo: Crianças e adolescentes, de 06 a 16 anos, muitas vezes em situação de vulnerabilidade social, sendo que todas são residentes da comunidade do Santo Antônio.	Número 32

3 - Plano de Aplicação e Cronograma de Desembolso (em reais)

O repasse total será de: R$ 20.000,00 (vinte mil reais) e será utilizado nos seguintes itens conforme planilha detalhada abaixo:

ITEM/SERVIÇO	VALOR HORA	QUANTIDADE HORAS	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
INSTRUTOR DE BALLET	R$ 44,00	24 H/A	R$ 1.056,00	R$ 5.280,00
INSTRUTOR DE PERCUSSÃO	R$ 44,00	8 H/A	R$ 352,00	R$ 1.760,00
INSTRUTOR GRAFITE	R$ 44,00	4 H/A	R$ 176,00	R$ 880,00
INSTRUTOR DE VIOLÃO	R$ 44,00	16 H/A	R$ 704,00	R$ 3.520,00
INSTRUTOR MEDIAÇÃO DE LEITURA	R$ 44,00	16 H/A	R$ 704,00	R$ 3.520,00
TOTAL PARA OFICINAS			R$ 2.992,00	R$ 14.960,00
LANCHE (Leite, biscoito, Toddy, Suco)			R$ 840,00	R$ 5.040,00
TOTAL GERAL				R$ 20.000,00

4 – Objetivos, Metas e Resultados

Objetivo Geral: Contribuir para a emancipação social e o aprimoramento das crianças e adolescentes participantes do projeto através de oficinas, bem como favorecer as todas as comunidades do bairro Santo Antônio (promoção humana) através de ações culturais e esportivas. Essas ações funcionarão como instrumentos capazes de promover o reconhecimento da comunidade onde todos possam se sentir parte ativa e valorizada, levando em

Projeto Social Alferes
Rua Porto Alegre, 22 - Bairro Santo Antônio - Mariana - MG
E-mail: projetosocialalferes@yahoo.com.br
CNPJ 15.161.498/0001-41

Comissão do Terceiro Setor
Folha: 006
Município de Mariana MG

consideração a perspectiva de preservação, valorização e fortalecimento da autoestima enquanto sujeitos capazes de produzir e futuramente gerarem renda para a promoção do apoio familiar.

Objetivos Específicos: - Seguir o trabalho que já vem sendo realizado pelo Alferes, buscando ampliar o desenvolvimento de ações integradas de **arte educação, saúde popular e sustentabilidade,** voltadas para crianças de **6 a 16 anos;**

- Melhorar o **convívio social** na comunidade, fortalecendo o sentimento de pertencimento ao primeiro bairro de Minas Gerais;

- Oferecer oportunidades para que os participantes desenvolvam **habilidades artísticas**;

- Trabalhar a sustentabilidade em todas as ações e integração entre as oficinas durante eventos e apresentações;

- Trabalhar a **autoestima** de todas as pessoas envolvidas na execução do projeto;

- Aprofundar o sentimento de pertencimento e o conhecimento sobre a história do território nativo e da comunidade.

Meta(s): Cumprir fielmente o cronograma previsto na realização das oficinas, manter o atendimento das crianças, concluindo com todas as 32 matriculadas, todos os trabalhos desenvolvidos e finalizando o período com uma apresentação das crianças mostrando o total aprendizado de cada oficina trabalhada em um evento aberto para apreciação da comunidade.

Resultados: Pensando no projeto de uma forma ampla, os resultados esperados a partir dos objetivos específicos, vislumbram desenvolver habilidades nos educandos, que futuramente possam servir de apoio na geração de renda para no âmbito pessoal e na promoção do apoio familiar, além de trabalhar o autoconhecimento relacionado com as individualidades e pertencimento ao território nativo e afetivo, em busca de diminuir os impactos relacionados às questões de falta de auto-estima; violência; racismo institucional; feminicídio; poluição da natureza e desigualdade social.

5 – MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

- Utilizar exclusivamente os recursos recebidos de conformidade com o Plano de Trabalho aprovado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania;
- Manter os recursos recebidos em conta bancária específica, permitindo débitos somente para pagamentos de despesas previstas no Plano de Trabalho;
- Arcar com quaisquer ônus de natureza trabalhista, previdenciária ou social, bem como com todos os ônus tributários e extraordinários, caso decorrentes da execução;
- Comprar os materiais e contratar serviços necessários com as devidas notas fiscais;
- Registrar as atividades e ações por meio de fotografias;
- Solicitar nota fiscal dos serviços prestados e materiais adquiridos;

Projeto Social Alferes
Rua Porto Alegre, 22 - Bairro Santo Antônio - Mariana - MG
E-mail: projetosocialalferes@yahoo.com.br
CNPJ 15.161.498/0001-41

Comissão do Terceiro Setor
Folha: 007
Município de Mariana MG

6 – DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante do **PROJETO SOCIAL ALFERES**, sob o número de CNPJ: 15.161.498/0001-41, declaro, para fins de prova junto a Prefeitura de Mariana, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexiste qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o tesouro ou qualquer outro órgão da Administração Pública, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos deste Poder, na forma deste plano de trabalho.

Mariana, 20 de maio de 2024

Vanderley Lúcio de Oliveira

Comissão do Terceiro Setor
Folha: 067
Município de Mariana MG

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 040/2024

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MARIANA E PROJETO SOCIAL ALFERES, PARA OS FINS QUE ABAIXO ESPECIFICA.

O **MUNICÍPIO DE MARIANA**, pessoa de direito público, inscrito no CNPJ nº 18.295.303/0001-44 e Inscrição Estadual isento, com sede nesta Cidade na Praça JK, s/nº, bairro Centro, CEP 35420-003, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Celso Cota Neto, portador da RG nº 1.790.008 SSP MG e do CPF nº 256.195.511-72, residente e domiciliado nesta Cidade e a Organização da Sociedade Civil **PROJETO SOCIAL ALFERES,** com sede na Rua Porto Alegre, nº 22, bairro Santo Antônio, Mariana/MG, CEP 35.422-048, inscrita no CNPJ sob o nº 15.161.498/0001-41, aqui representada pelo Presidente, Vanderley Lucio de Oliveira, portador da Carteira de Identidade nº MG-3.402.264 e CPF nº 546.341.566-87, doravante denominada OSC, RESOLVEM celebrar o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO,** mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente TERMO DE COLABORAÇÃO se fundamenta nas disposições da Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2.014, no Decreto Municipal nº 11.806 de 18 de abril de 2024, nas Emendas Impositivas constantes na Lei Municipal nº 3.749, de 29/12/2023 que dispõe sobre a Lei Orçamentária para o exercício de 2024. Esse Termo baseia-se nas informações contidas no Processo Administrativo nº 4327/2024, relativo ao procedimento de inexigibilidade de chamamento público, nos termos do art. 30 e 31 da Lei Federal nº 13.019/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente TERMO DE COLABORAÇÃO a concessão de apoio financeiro da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA à OSC para desenvolvimento do *Projeto Reciclando Valores* que consiste na realização de oficinas de música, ballet, percussão e grafite às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, residentes na comunidade do Bairro Santo Antônio, conforme definido no Plano de Trabalho, parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS COMPETÊNCIAS E DA GESTÃO

3.1 - As atividades alusivas ao objeto deste TERMO DE COLABORAÇÃO serão executadas pela OSC sob supervisão da SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA que realizará o controle e fiscalização.

3.2 - Ficam reservados à SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA os direitos de assunção do objeto do presente termo, a qualquer tempo, assim como da transferência de responsabilidade sobre aquele, no caso de paralisação das atividades ou da ocorrência de fato relevante que venha a prejudicar lhe o andamento, de modo a evitar a descontinuidade do projeto.

3.3 - Os agentes públicos responsáveis pela gestão da parceria de que trata este instrumento, com poderes de controle e fiscalização, designados por meio da portaria, que deverá ser publicada no Diário Oficial Eletrônico de Mariana - DOEM serão os seguintes: GESTOR, ISABELA GOMES ROCHA, inscrito no CPF sob o nº 094.286.536-36, matricula nº 38.828 e como SUPLENTE, ERIVELTON ARLINDO MAROTA VASCONCELOS inscrita no CPF sob o nº 049.564.446-30, matricula nº 35.425.

3.4 - Ao Gestor qualificado no item 3.3 deste instrumento, compete realizar todas as atividades previstas no Decreto Municipal nº 11.806/2024, em especial nos artigos 54; 71 a 73; e 75 a 77.

CLÁUSULA QUARTA – DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

4.1 - A sistemática de monitoramento e avaliação desta parceria, observará os procedimentos delineados na Seção VII, do Capítulo V, do Decreto Municipal nº 11.806/2024.

4.2 - O Gestor poderá promover visita técnica *in loco* para subsidiar o monitoramento da parceria, podendo notificar a OSC com antecedência em relação à data da visita, observando o estabelecido em Ato Normativo Setorial, se houver.

4.3 - As ações de monitoramento e avaliação poderão utilizar ferramentas tecnológicas, tais como redes sociais na internet, aplicativos e outros mecanismos que permitam verificar os resultados da parceria.

4.4 - O acompanhamento da execução será realizado tendo como base o cronograma de execução e o desembolso dos recursos previsto no Plano de Trabalho.

4.5 - A Comissão de Monitoramento e Avaliação, designada por meio da Portaria nº 008, de 20/03/2017 e alterações posteriores, atuará em caráter preventivo e saneador, visando o aprimoramento dos procedimentos, a padronização e a priorização do controle de resultados.

4.6 - A Comissão de Monitoramento e Avaliação homologará no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar do seu recebimento, o relatório técnico de monitoramento e avaliação emitido pelo gestor da parceria, que deverá conter os elementos elencados no art. 73, § 1º, incisos I ao VI, Decreto Municipal nº 11.806/2024.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR GLOBAL DA PARCERIA E DA DOTAÇÃO

5.1 - Este instrumento envolve transferência de recursos financeiros da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA para a OSC, que ocorrerá após assinatura do presente termo e conforme cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho.

5.2 - O valor global dos recursos públicos da parceria é de **R$ 20.000,00 (vinte mil reais)**, oriundos dos recursos financeiros do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS na dotação orçamentária nº **0802.08.244.0019.2.078-335043 1500 ficha 210**, que serão depositados em conta bancária específica.

5.3. A liberação dos recursos ocorrerá em uma única parcela, de acordo com o disposto no Plano de Trabalho a que se refere este TERMO DE COLABORAÇÃO.

5.4. Fica declarado pelo Secretário Municipal, signatário deste termo, que em eventuais termos aditivos, indicar-se-ão os créditos para cobertura de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro, quando se tratar de Termo de Colaboração.

CLÁUSULA SEXTA - PRAZO DE VIGÊNCIA E EFICÁCIA

6.1 - Este instrumento vigorará a partir de **29 de julho de 2024** e terá duração até **31 de janeiro de 2025**.

6.2 - A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da OSC, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do fim da vigência prevista nessa Cláusula.

6.3 - A vigência poderá ser alterada por prorrogação de ofício, quando a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA der causa a atraso na execução do objeto, limitada ao exato período do atraso e antes do término da vigência da parceria.

6.4 - A prorrogação de ofício será formalizada nos autos mediante termo de apostilamento, com comunicação à OSC.

CLÁUSULA SÉTIMA - LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

7.1 - A liberação dos recursos será efetivada em estrita conformidade com o cronograma de desembolso aprovado, em consonância com o cronograma de execução.

7.2 - No caso do cronograma de desembolso prever mais de uma parcela de repasse de recursos, a liberação de cada parcela só ocorrerá após:

7.2.1 - A OSC apresentar a prestação de contas das parcelas anteriores – PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL - nos termos do disposto no Capítulo VI do Decreto Municipal nº 11.806/2024 e da Cláusula Décima deste termo;

7.2.2 - A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA, responsável pela parceria, verificar a regularidade fiscal da OSC, por meio de consulta às certidões de que trata o inciso II do § 1º do art. 38, do Decreto Municipal nº 11.806/2024;

7.2.3 - Ateste do gestor da parceria; e

Comissão do Terceiro Setor
Folha: _____
Município de Mariana MG

7.2.4 - Nas parcerias cuja duração exceda um ano, a liberação das parcelas está condicionada à apresentação da prestação de contas anual ao término de cada exercício.

7.3. A liberação de recursos deverá ser anterior à data prevista para a realização da despesa, vedada a antecipação que estiver em desacordo com o cronograma de desembolso, conforme a natureza do objeto da parceria.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES:

8.1 - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA:

8.1.1 - Transferir para a conta específica da parceria os recursos financeiros previstos para a execução do supramencionado projeto, na forma estabelecida no Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho;

8.1.2 - Acompanhar a execução da parceria, avaliando os seus resultados e reflexos;

8.1.3 - Zelar pelo cumprimento do disposto neste instrumento, na Lei n° 13.019/2014, no Decreto Municipal nº 11.806/2024, inclusive no que refere à Transparência e Controle, conforme disposto no Capítulo II, desse Decreto, e demais atos normativos aplicáveis;

8.1.4 - Apreciar as solicitações apresentadas pela OSC no curso da execução da parceria;

8.1.5 - Orientar a OSC quanto à prestação de contas, inclusive fornecendo normas e instruções para prestação de contas dos recursos financeiros transferidos;

8.1.6 - Analisar e julgar as contas apresentadas pela OSC;

8.1.7 - Analisar as propostas de reformulações do Plano de Trabalho, desde que apresentadas por escrito, acompanhadas de justificativa e que não impliquem na alteração do objeto apoiado;

8.1.8 - Prorrogar de ofício a vigência do termo sempre que houver atraso na liberação dos recursos pactuados, independentemente de solicitação;

8.1.9 - Definir o destino dos bens remanescentes após o fim da execução do termo, celebrando TERMO DE DOAÇÃO, caso solicitado pela OSC, por meio de ofício, cuja autorização ficará a critério da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;

8.1.10 - Não realizar, nem autorizar qualquer tipo de publicidade atinente à presente parceria, nos três meses que antecedem ao pleito eleitoral municipal, nos termos do art.73, inciso VI, "b" da Lei nº 9.504/1997, e observar as condutas vedadas em período eleitoral, de acordo com a referida Lei.

8.2 - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

8.2.1 - Executar a parceria com estrita observância ao plano de trabalho e das cláusulas pactuadas neste termo, sendo vedada a utilização dos recursos para pagamento de despesas previstas no art. 60, do Decreto Municipal nº 11.806/2024.

8.2.2 - Prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, nos termos do Decreto Municipal nº 11.806/2024, Capítulo VI, Seções II a V.

8.2.3 - Devolver, à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, o saldo dos recursos não utilizados, inclusive os rendimentos da aplicação financeira, no prazo de 30 (trinta) dias da conclusão da vigência, extinção, denúncia ou rescisão do presente TERMO.

8.2.4 - Restituir à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescido dos juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Pública Municipal, nos seguintes casos:

8.2.4.1 - Quando não for executado o objeto deste TERMO;

8.2.4.2 - Quando não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas, ou quando esta for reprovada, incidindo a devolução sobre os valores reprovados;

8.2.4.3 - Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste TERMO ou fora de seu prazo de vigência;

8.2.4.4 - Nos demais casos previstos no Decreto Municipal nº 11.806/2024 e na Lei nº 13.019, de 2014.

8.2.5. Manter registro contábil e patrimonial em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, inclusive, na hipótese de aquisição de bens com os recursos da parceria.

8.2.6. Abrir conta corrente específica em instituição financeira pública, isenta de tarifa bancária, nos termos do art. 51 da Lei nº 13.019/2014 e do art. 62 do Decreto Municipal nº 11.806/2024, para que a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA efetue o depósito dos recursos, unicamente para consecução do objeto deste termo e em conformidade com o Plano de Trabalho.

8.2.6.1 - Manter e movimentar os recursos recebidos na conta bancária, de que trata o item 8.2.6, deste termo, nos termos do art. 62 do Decreto Municipal nº 11.806/2024;

8.2.6.2 - Manter os recursos recebidos aplicados no mercado financeiro, enquanto não utilizados, na forma do disposto nos itens 8.2.6 e 8.2.6.1, deste termo.

8.2.6.3 - Declarar expressamente a ciência das obrigações de que tratam os itens 8.2.6 a 8.6.2, deste termo, bem como informar a conta aberta para receber o recurso como exclusiva para a sua movimentação, conforme ANEXO I, parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

8.2.7. - Responsabilizar-se pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

8.2.8. Garantir os recursos humanos e materiais necessários para a execução do objeto do presente termo, sendo vedada a utilização dos recursos recebidos da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ou aqueles correspondentes à sua contrapartida, em finalidade diversa da estabelecida neste termo.

8.2.9. Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, dentre outros, relacionados à execução do objeto previsto, neste termo, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA a inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

8.2.10. Remunerar eventuais profissionais envolvidos no projeto respeitando o piso salarial da categoria.

8.2.11. Garantir o livre acesso dos agentes da SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA, do Controle Interno do Município e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, aos documentos e informações relacionadas ao presente termo, aos locais de execução do respectivo objeto, bem como de todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente.

8.2.12. Divulgar, em página da OSC na internet, caso mantenha, inclusive em redes sociais, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações exigidas no § 1º, incisos I ao V, do art. 8º do Decreto Municipal nº 11.806/2024.

8.2.13. Não realizar despesas em data anterior ou posterior à vigência deste termo.

Comissão do Terceiro Setor
Folha: 068
Município de Mariana MG

8.2.14. Observar as condutas vedadas em período eleitoral, de acordo com a Lei nº 9.504/1997, assim como não realizar despesas com publicidade de qualquer natureza nos 3 (três) meses que antecedem o pleito eleitoral municipal, nos termos do art. 73, inciso VI, alínea "b" da mesma Lei.

8.2.14.1. Com exceção do período eleitoral de que trata o item 8.2.14, deste termo, poderá realizar publicidade relativamente à parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, veicular e inserir o nome e os símbolos oficiais do Governo Municipal / Secretaria em toda a divulgação relativa ao projeto incentivado, das quais não constem nomes, símbolos ou imagem que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA NONA – DAS DESPESAS

9.1 - As despesas relacionadas à execução da parceria serão executadas em estrita observância ao plano de trabalho aprovado e as cláusulas pactuadas, neste termo.

9.2 - Poderão ser pagas, dentre outras necessárias, com recursos vinculados à parceria as seguintes despesas:

9.2.1 - Remuneração da equipe de trabalho, podendo contemplar as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo-terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas, relativos ao período de vigência da parceria;

9.2.2 - Custos indiretos, tais como, despesas com internet, aluguel, telefone, consumo de água e luz e remuneração de serviços contábeis.

9.3 - Não poderão serem pagas com recursos vinculados à parceria as seguintes despesas:

9.3.1 - Despesas com finalidade alheia ao objeto da parceria;

9.3.2 - Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

9.3.3 - Despesa cujo fato gerador não tenha ocorrido durante a vigência do instrumento da parceria;

9.3.4 - Pagar despesas a título de taxa de administração;

9.3.5 - Pagar multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA Municipal na liberação de recursos financeiros.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

10.1 - A prestação de contas será o procedimento em que se analisa e se avalia a execução da parceria visando a demonstração e verificação do cumprimento do objeto, o alcance das metas e dos resultados previstos, compreendendo a fase de apresentação das contas, de responsabilidade da OSC e análise e manifestação conclusiva das contas, de responsabilidade da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, observado o disposto no Capítulo VI do Decreto municipal nº 11.806/2024, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle.

10.2 - A OSC fica obrigada a demonstrar à boa e regular aplicação dos valores recebidos, mediante detalhada prestação de contas e comprovação da execução do objeto, que deverá ser apresentada observando o disposto na cláusula sétima, deste termo, nos moldes e prazos dispostos a seguir:

10.2.1 - PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL: deverá conter Relatório de Execução do Objeto, Relatório de Execução Financeira, bem como os demais documentos elencados no art. 81 do Decreto Municipal nº 11.806/2024, e deverá ser apresentada à SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA em até 10 (dez) dias úteis após o encerramento de cada etapa do cronograma de execução, em consonância com o cronograma de desembolso aprovado;

10.2.2 - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL: deverá conter os documentos elencados no inciso I do § 2º do art. 84, do Decreto Municipal nº 11.806/2024, e deverá ser apresentada à SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA até 31 de janeiro do exercício financeiro seguinte à transferência dos recursos, podendo ser solicitada prorrogação de prazo, por até 15 (quinze) dias, desde que devidamente justificada;

10.2.3 - PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL: deverá conter os documentos de que trata o art. 86 c/c o art. 87, incisos I, II e § 1º, todos do Decreto Municipal nº 11.806/2024 e, sem prejuízo da prestação de contas anual, deverá ser apresentada à SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA no prazo de até 30 (trinta) dias, contado do término da vigência da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC.

10.2.3.1 - Quando o final da vigência da parceria não coincidir com o encerramento do ano civil, a OSC deverá apresentar os documentos de que o item 10.2.2, deste termo, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do término da vigência do instrumento.

10.2.4 - PRESTAÇÃO DE CONTAS ÚNICA: deverá conter Relatório de Execução do Objeto, Relatório de Execução Financeira, bem como dos demais documentos elencados no art. 92 c/c o art. 93, incisos I, II e parágrafo único, todos do Decreto municipal nº 11.806/2024, e deverá ser apresentada à SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do término da vigência da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC.

10.3. A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA, em sua análise, deverá considerar, além da prestação de contas de reponsabilidade da OSC, os seguintes relatórios elaborados internamente, conforme o caso:

10.3.1 - Relatório de visita técnica *in loco* eventualmente realizada durante a execução da parceria;

10.3.2 - Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo;

10.3.3 - Os resultados das pesquisas de satisfação.

10.4 - A análise da prestação de contas de que trata o item 10.3, deste termo, não compromete a liberação das parcelas de recursos subsequentes, entretanto, o cumprimento, pela OSC, do disposto nesta cláusula e nos itens 7.2 a 7.2.4, deste termo, é condição indispensável para a liberação dos repasses de recursos.

10.5 - O descumprimento do disposto nesta cláusula, assegurado o contraditório e a ampla defesa, determinará a inadimplência e abertura da Tomada de Contas Especial, além das sanções previstas neste termo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO E DAS SANÇÕES

11.1 - Na hipótese de descumprimento por parte da OSC, de quaisquer das obrigações definidas neste instrumento ou em seus aditamentos e na ausência de justificativa, estará ela sujeita às sanções previstas no art. 104 do Decreto Municipal nº 11.806/2024, observadas as demais disposições contidas nos arts. 105 a 116, do referido Decreto.

11.2 - Este instrumento de parceria poderá ser denunciado ou rescindido a qualquer tempo, nos termos do Capítulo VIII do Decreto Municipal nº 11.806/2024.

11.2.1 – Na ocorrência de denúncia, os partícipes serão responsáveis somente pelas obrigações relativas ao período em que participaram voluntariamente da parceria, não sendo admissível cláusula obrigatória de permanência ou sancionadora dos denunciantes.

11.2.2 – A Rescisão poderá ocorrer, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção:

Comissão do Terceiro Setor
Folha: 069
Município de Mariana MG

11.2.2.1 - Nas hipóteses de inexecução por culpa exclusiva da OSC;

11.2.2.2 - Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

11.2.2.3 - Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

11.2.2.4 - Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

11.2.2.5 - Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS

12.1 - Todas as obrigações sociais, fiscais, previdenciárias, trabalhistas e tributárias oriundas da execução e aplicação deste termo serão de total responsabilidade da OSC, ficando excluída qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.1 - A eficácia deste instrumento fica condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial Eletrônico do Município de Mariana - DOEM, a ser providenciada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA até 20 (vinte) dias após a assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Mariana, Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos do presente termo, sendo obrigatória a prévia tentativa de solução administrativa do caso, com a participação da Procuradoria Geral do Município.

As partes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para que, na presença das 02 (duas) testemunhas que também o assinam, produza seus jurídicos e legais efeitos.

Mariana, 29 de julho de 2024.

Celso Cota Neto
Prefeito Municipal

Cláudia Dionísio Vieira
Sec. Interina de Desenvolvimento Social e Cidadania

Vanderley Lucio de Oliveira
Presidente da OSC

Testemunhas:

1 - _____
NOME/CPF

2 - _____
NOME/CPF

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE

Eu, **VANDERLEY LUCIO DE OLIVEIRA**, portador da Carteira de Identidade nº MG-3.402.264 e CPF nº 546.341.566-87, residente na Rua Wenceslau Braz, nº 157, bairro Centro, Mariana/MG, CEP 35420-027, na condição de Presidente da OSC **PROJETO SOCIAL ALFERES,** CNPJ nº 15.161.498/0001-41, DECLARO SOB AS PENAS DA LEI:

a) Estar ciente de que é minha a responsabilidade de abrir conta corrente específica em instituição financeira pública, isenta de tarifa bancária, nos termos do art. 51 da Lei nº 13.019/2014 e do art. 62 do Decreto Municipal nº 11.806/2024, bem como informar a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA da abertura da mesma, com os respectivos dados para depósito;

b) Estar ciente de que a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA efetuará o depósito dos recursos, unicamente na conta bancária específica, nos termos declarados na letra "a", para consecução do objeto deste TERMO DE COLABORAÇÃO nº 040/2024, em conformidade com o Plano de Trabalho;

c) Estar ciente de que toda a movimentação de recursos no âmbito desta parceria será realizada mediante transferência eletrônica com a identificação do beneficiário final, mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, por meio de transferências eletrônicas, débitos automáticos, boletos bancários ou outras formas regulamentadas pelo Sistema Financeiro Nacional, salvo na hipótese de impossibilidade de pagamento por qualquer dos meios mencionados, desde de que previsto e justificado no plano de trabalho;

d) Estar ciente que, enquanto não utilizados, devo manter os recursos recebidos aplicados no mercado financeiro, em cadernetas de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo.

Mariana, 29 de julho de 2024.

Vanderley Lucio de Oliveira
Presidente da OSC